

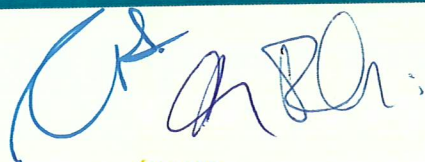
Relatório Trimestral de Execução Orçamental

**1.º Trimestre
2026**



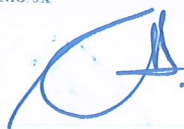
SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

Sociedade de Desenvolvimento
do Porto Santo S.A.



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. ATIVIDADE.....	3
2.1. CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO.....	3
2.2. CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DO PORTO SANTO	4
3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	5
3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	5
3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	9
4. EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS.....	12
5. RECEITAS OPERACIONAIS	15
6. GASTOS OPERACIONAIS	16
6.1. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS.....	16
6.2. GASTOS COM PESSOAL	17
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	18
7.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	18
7.2. BALANÇO	20
7.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	21
8. INFORMAÇÃO ADICIONAL	22
8.1. PESSOAL	22
8.2. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL.....	23
8.3. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS	23
8.4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	23
9. OPERAÇÃO HARMÓNIO E ESTRUTURA ACIONISTA	23
10. CONCLUSÃO	24

 : 

1. Introdução

O Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio, criou a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (SDPS) como meio alternativo de intervenção ao nível local, complementar à intervenção do Governo Regional e da Câmara Municipal, concorrendo para o desenvolvimento sócio económico da ilha do Porto Santo.

A SDPS é uma sociedade anónima de capitais públicos, detida desde 2026 exclusivamente pela Região Autónoma da Madeira, prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da ilha do Porto Santo.

Paralelamente, a partir do momento em que por efeitos das Contas Nacionais, integra o perímetro da Administração Pública Regional como empresa pública reclassificada, a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A SDPS tem a sua atividade e funcionamento pautados pelo disposto no Código das Sociedades Comerciais e pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, pelos seus diplomas de criação, respetivos estatutos e pelas demais normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 24.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, os titulares dos órgãos de administração das empresas públicas regionais respondem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, doravante designado por plano de atividades e orçamento.

Paralelamente, a alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, determina que seja realizado trimestralmente o reporte das contas das empresas que compõem o Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM), mediante o envio à Inspeção

Regional de Finanças e à Direção Regional do Orçamento e Tesouro, acompanhado do Relatório do Fiscal Único. Assim, passamos a relatar as atividades, investimento e execução orçamental do primeiro trimestre de 202 na perspetiva da contabilidade pública e também na perspetiva do SNC-AP.

2. Atividade

A SDPS rentabiliza os ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção, gestão e administração de projetos e ativos.

Neste âmbito, existem diversos empreendimentos que são de administração direta, nomeadamente:

2.1. Campo de Golfe do Porto Santo

O Campo de Golfe do Porto Santo contempla 18 buracos e, ainda, um circuito curto de “par” 3, desenvolvendo-se numa área de terreno superior a 1.800.000 m², sendo apoiado por um “Club House”.

A infraestrutura conta com um conjunto de serviços complementares e espaços de lazer tais como restaurante, bar, loja “pro-shop” e, serviços administrativos de apoio.

O quadro infra reflete a variação do número de voltas, comparativamente entre o primeiro trimestre de 2025 e o de 2026.

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VOLTAS – 1.º TRIMESTRE

Atividade	1.º Trimestre		Variação 2026/2025	
	2025	2026	N.º	%
N.º de voltas (excluindo Operação Escandinávia)	1 472	827	-645	-43,82%
N.º de voltas (incluindo Operação Escandinávia)	16 047	10 206	-5 841	-36,40%
TOTAL	17 519	11 033	-6 486	-37,02%

Fonte – Porto Santo Golfe

Como se pode verificar no trimestre em análise, o número de voltas diminuiu, comparativamente ao período análogo, (6 486 voltas), pelo que em termos globais verificou-se um decréscimo de 37,02%.

A operação Escandinávia apresentou igualmente um decréscimo de 5 841 voltas, as quais representam uma diminuição de 36,40%.

A redução do número de voltas realizadas no primeiro trimestre de 2026 deve-se, sobretudo, à suspensão do voo semanal proveniente da Noruega.

Em 2025, a elevada procura no Porto Santo Golfe originou situações de overbooking, com limitações operacionais e tempos de espera para os jogadores, condicionando a capacidade de resposta. Este contexto levou à suspensão temporária da ligação aérea, acordada entre o Hotel Vila Baleira e o operador, uma vez que o Hotel também encontrava-se em situação de overbooking.

Prevê-se que com a conclusão do 2º campo de golfe, esta operação venha a ser retomada.

2.2. Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo

O Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo é uma infraestrutura moderna que tem como principal objetivo a organização de diversos tipos de eventos e iniciativas de âmbito cultural, artístico e educativo, com serviços técnicos assegurados.

O Centro Cultural apresenta, como espaço principal, um auditório para cerca de 300 pessoas, várias salas de apoio e tem à disposição espaços destinados a serviços públicos e privados.

A utilização dos espaços do Centro Cultural e de Congressos no 1.º trimestre foi a indicada no quadro seguinte:

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DO N.º DE EVENTOS – 1.º TRIMESTRE

Eventos/Utilizações	1.º Trimestre		Variação 2026/2025	
	2025	2026	N.º	%
Eventos	6	7	1	16,67%
Utilização de salas	2	1	-1	-50,00%
TOTAL	8	8	0	0,00%

Fonte – Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo

Comparativamente ao período homólogo cresceu o número de eventos, mas diminuiu a utilização de salas. Importa salientar que a disponibilidade de salas diminuiu, na sequência da celebração de um contrato de arrendamento de uma das salas anteriormente disponíveis, que passou de uma receita esporádica para uma receita fixa mensal.

Não obstante esta estabilidade, a atividade foi condicionada por fatores externos que influenciaram a participação e a utilização dos espaços.

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2026, verificaram-se novamente dificuldades nas acessibilidades ao Porto Santo, com impacto na mobilidade de participantes e intervenientes, bem como, no dimensionamento logístico de alguns eventos.

Paralelamente, o aumento dos custos associados à realização de eventos (viagens, alojamento e alimentação), devido ao contexto de incerteza mundial, levou alguns promotores, sobretudo de eventos de menor dimensão, a ajustar formatos e necessidades técnicas.

3. Execução Orçamental por Classificação Económica

3.1. Execução Orçamental da Receita

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da receita no primeiro trimestre de 2026:

QUADRO 3 – RESUMO DA RECEITA – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA RECEITA			
RECEITAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
Transferências Correntes	300 000,00	0,00	0,00%
Receitas Correntes	1 933 115,00	326 099,49	16,87%
Outras Receitas Correntes	13 799,00	2 751,91	19,94%
SUBTOTAL	2 246 914,00	328 851,40	14,64%
RECEITAS CAPITAL			
Venda de Bens de Investimento	320 000,00	0,00	0,00%
Transferências de Capital	10 489 000,00	0,00	0,00%
Ativos Financeiros	675 058,00	0,00	0,00%
SUBTOTAL	11 484 058,00	0,00	0,00%
Saldo Gerência Anterior	5 304 424,00	5 304 423,70	100,00%
SUBTOTAL	5 304 424,00	5 304 423,70	100,00%
TOTAL	19 035 396,00	5 633 275,10	29,59%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Conforme se pode verificar, a execução orçamental da receita no primeiro trimestre de 2026 apresentou uma variação positiva de 29,59%.

As Receitas Correntes tiveram uma execução de 14,64% e as Receitas de Capital uma execução nula.

A execução na rubrica Receitas Correntes é proveniente da exploração do Campo de Golfe do Porto Santo, utilização do Centro Cultural e de Congressos, e dos contratos das concessões e dos arrendamentos.

Nas Receitas de Capital, na rubrica Transferências de Capital, verificou-se uma execução nula, uma vez que ainda não foram recebidas verbas ao abrigo dos diversos Contratos-Programa celebrados.

A rubrica de Ativos Financeiros não teve ainda qualquer execução, tendo em conta que até então, não houve prestações acessória, para fazer face aos custos com pessoal.

Analisando a execução orçamental da receita, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que os valores recebidos resultaram de:

**RELATÓRIO TRIMESTRAL DE
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
1º Trimestre 2026**

- Receitas Próprias (FF 513) – 5,80%;
- Saldo de Gerência (FF 382, FF 522) – 94,16%;
- Transferências de RG entre Organismos (389) – 0,04%

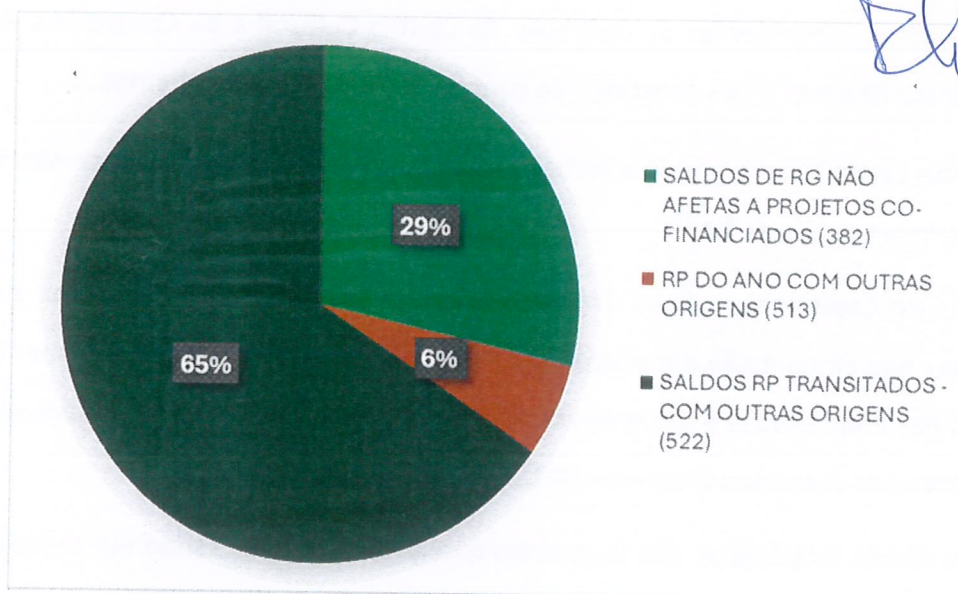
O saldo de gerência encontra-se totalmente integrado no Orçamento da SDPS.

QUADRO 4 – RESUMO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA RECEITA			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	675 058,00	0,00	0,00%
RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (381)			0,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	1 614 553,00	1 614 552,89	100,00%
RG - INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (388)	300 000,00	0,00	0,00%
TRANSFERÊNCIAS DE RG ENTRE ORGANISMOS (389)	11 799,00	2 351,90	19,93%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	10 139 000,00	0,00	0,00%
FEDER - MADEIRA 2030 (4MA)	350 000,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	2 255 115,00	326 499,50	14,48%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	3 689 871,00	3 689 870,81	100,00%
TOTAL	19 035 396,00	5 633 275,10	29,59%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO



Fonte – Unidade de Gestão Financeira

QUADRO 5 – RESUMO DA VARIAÇÃO DA RECEITA – 1.º TRIMESTRE 2026/2025

RESUMO DA RECEITA				
RECEITAS CORRENTES	EXECUÇÃO 1.º TRIMESTRE		VARIAÇÃO	
	2025	2026	VALOR	%
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,0%
Receitas Correntes	457 154,96	326 099,49	-131 055,47	-28,7%
Outras Receitas Correntes	623,60	2 751,91	2 128,31	341,3%
SUBTOTAL	457 778,56	328 851,40	-128 927,16	-28,2%
RECEITAS CAPITAL				
Venda de Bens de Investimento	1 174 634,00	0,00	-1 174 634,00	-100,00%
Transferências de Capital	339 348,38	0,00	-339 348,38	100,00%
Ativos Financeiros	608 144,00	0,00	-608 144,00	-100,00%
SUBTOTAL	2 122 126,38	0,00	-2 122 126,38	-100,0%
Saldo Gerência Anterior	2 576 567,26	5 304 423,70	2 727 856,44	105,9%
SUBTOTAL	2 576 567,26	5 304 423,70	2 727 856,44	105,9%
TOTAL	5 156 472,20	5 633 275,10	476 802,90	9,2%

Conforme se pode verificar, a execução orçamental da receita no primeiro trimestre de 2026 apresentou uma variação positiva de 9,2%.

As Receitas Correntes tiveram uma execução na ordem dos 326 099,49€ (-28,2%), com destaque para a rubrica Receitas Correntes, com uma execução negativa de 28,7%. Estas

receitas são fortemente influenciadas pela exploração do Campo de Golfe do Porto Santo, sendo as restantes provenientes da utilização do Centro Cultural e de Congressos, e ainda, da contrapartida financeira dos contratos de concessões e dos arrendamentos.

As Receitas de Capital tiveram uma execução nula, justificada em especial por não ter sido efetuada qualquer venda de lotes.

Nas Receitas de Capital, na rubrica Transferências de Capital, verificou-se uma execução nula, uma vez que ainda estão em processo de tramitação concursal os procedimentos para a realização das empreitadas e serviços associados, pelo que não foram recebidas verbas ao abrigo dos diversos contratos programa, já celebrados e a celebrar.

A rubrica de Ativos Financeiros não teve ainda qualquer execução, tendo em conta que não houve a entrada de prestações acessórias, nomeadamente para fazer face aos custos com pessoal.

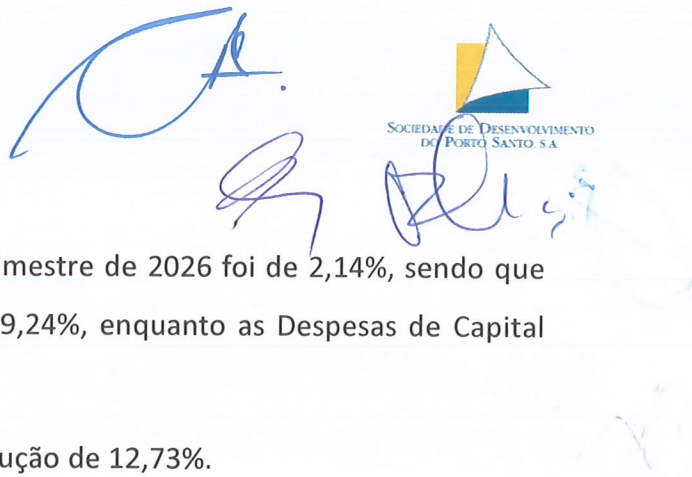
3.2. Execução Orçamental da Despesa

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2026:

QUADRO 5 – RESUMO DA DESPESA – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA DESPESA			
DESPESAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
Despesas com Pessoal	1 960 669,00	249 532,32	12,73%
Aquisição Bens Serviços	1 189 277,00	32 884,42	2,77%
Juros e Outros Encargos	500,00	0,97	0,19%
Administração Regional	21 799,00	4 331,62	19,87%
Outras Despesas Correntes	360 000,00	39 543,70	10,98%
SUBTOTAL	3 532 245,00	326 293,03	9,24%
DESPESAS CAPITAL			
Aquisição Bens Capital	15 428 151,00	6 466,00	0,04%
Transferências de Capital	75 000,00	75 000,00	0,00%
SUBTOTAL	15 503 151,00	81 466,00	0,53%
TOTAL	19 035 396,00	407 759,03	2,14%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira



A execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2026 foi de 2,14%, sendo que as Despesas Correntes tiveram uma execução de 9,24%, enquanto as Despesas de Capital apresentam uma execução residual de 0,53%.

A rubrica Despesas com Pessoal, registou uma execução de 12,73%.

A rubrica Aquisição de Bens e Serviços teve uma execução de 2,77%.

A rubrica Administração Regional reflete o valor despendido com a colocação de pessoas, ao abrigo do Programa de Ocupação Temporária de Desempregados (POT), promovido pelo Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

Na rubrica Outras Despesas Correntes, a execução de 10,98%, e deveu-se essencialmente aos pagamentos do IVA.

No que concerne às despesas de capital, a execução registada foi significativamente baixa, justificada pelo facto de estarem em curso os respetivos procedimentos concursais.

Registou-se apenas uma execução de 0,53% na Aquisição Bens de Capital, respeitante à despesa relacionada com investimentos, nomeadamente, com a aquisição de bens de imobilizado.

Analisando a execução orçamental da despesa, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que os valores pagos, resultaram de:

- Receitas Próprias (FF 513) – 98,30%;
- Fundo Coesão Nacional (FF 392) – 1,30%;
- Saldo de Gerência (FF 382, FF 522) – 0,40%.

QUADRO 6 – RESUMO DA DESPESA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA DESPESA			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO	
		VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	675 058,00	0,00	0,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	1 614 553,00	1 211,89	0,08%

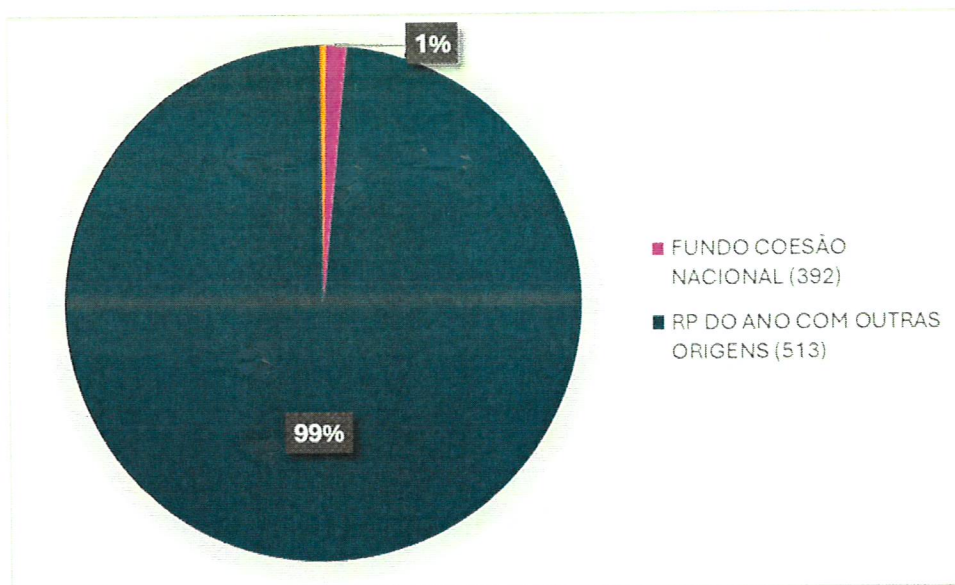
RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 1º Trimestre 2026

RESUMO DA DESPESA

FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO	VALOR	%
RG - INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (388)	300 000,00	0,00	0,00%
TRANSFERÊNCIAS DE RG ENTRE ORGANISMOS (389)	11 799,00	0,00	0,00%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	10 139 000,00	5 300,00	0,05%
FEDER - MADEIRA 2030 (4MA)	350 000,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	2 255 115,00	400 829,81	17,77%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	3 689 871,00	417,33	0,01%
TOTAL	19 035 396,00	407 759,03	2,14%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE FINANCIAMENTO



Fonte – Unidade de Gestão Financeira

QUADRO 7 – RESUMO DA VARIAÇÃO DA DESPESA – 1.º TRIMESTRE 2026/2025

RESUMO DA DESPESA				
DESPESAS CORRENTES	EXECUÇÃO 1.º TRIMESTRE		VARIAÇÃO	
	2025	2026	VALOR	%
Despesas com Pessoal	239 308,72	249 532,32	10 223,60	4,27%
Aquisição Bens Serviços	133 695,88	32 884,42	-100 811,46	-75,40%
Juros e Outros Encargos	17,19	0,97	-16,22	-94,36%
Administração Regional	2 626,25	4 331,62	1 705,37	64,94%

**RELATÓRIO TRIMESTRAL DE
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
1º Trimestre 2026**

RESUMO DA DESPESA				
DESPESAS CORRENTES	EXECUÇÃO 1.º TRIMESTRE		VARIAÇÃO	
	2025	2026	VALOR	%
Outras Despesas Correntes	60 655,39	39 543,70	-21 111,69	-34,81%
SUBTOTAL	436 303,43	326 293,03	-110 010,40	-25,21%
DESPESAS CAPITAL				
Aquisição Bens Capital	30 445,10	6 466,00	-23 979,10	-78,76%
Transferências de Capital	0,00	75 000,00	75 000,00	100,00%
SUBTOTAL	30 445,10	81 466,00	51 020,90	167,58%
TOTAL	466 748,53	407 759,03	-58 989,50	-12,64%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

As Despesas Correntes, comparativamente ao trimestre análogo, registraram uma variação negativa na ordem de 25,21%.

Já no que se refere à variação das Despesas de Capital, existe um aumento de 167,58%, comparativamente ao período homólogo de 2025.

4. Execução do Plano de Investimentos

Os investimentos apresentaram a evolução financeira abaixo indicada:

QUADRO 8 – INVESTIMENTOS – 1.º TRIMESTRE

Projeto/Designação	Orçamento Inicial 2026	Orçamento Corrigido	Dotação Cabimentada	Valor Executado	% de Execução
52 218	122 000,00	122 000,00	0,00	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DA SDPS, SA	122 000,00	122 000,00	0,00	0,00	0,00%
522	122 000,00	122 000,00	0,00	0,00	0,00%
52 509	20 000,00	24 400,00	0,00	0,00	0,00%
REFORÇO DA COBERTURA E IMPLEMENTAÇÃO / REABILITAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - MERCADO / PRAÇA DO BARQUEIRO	20 000,00	24 400,00	0,00	0,00	0,00%
513	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00%
522	0,00	4 400,00	0,00	0,00	0,00%
52 735	575 000,00	575 000,00	0,00	0,00	0,00%
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA -	575 000,00	575 000,00	0,00	0,00	0,00%

**RELATÓRIO TRIMESTRAL DE
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
1º Trimestre 2026**

Projeto/Designação	Orçamento Inicial 2026	Orçamento Corrigido	Dotação Cabimentada	Valor Executado	% de Execução
CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO					
392	200 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00%
513	25 000,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00%
4MA	350 000,00	350 000,00	0,00	0,00	0,00%
52 736	35 380,00	235 380,00	170 772,31	0,00	0,00%
EQUIPAMENTO BÁSICO - SDPS	35 380,00	235 380,00	170 772,31	0,00	0,00%
382	0,00	200 000,00	170 772,31	0,00	0,00%
513	35 380,00	35 380,00	0,00	0,00	0,00%
52 737	18 300,00	18 300,00	0,00	0,00	0,00%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - SDPS	18 300,00	18 300,00	0,00	0,00	0,00%
513	18 300,00	18 300,00	0,00	0,00	0,00%
52 738	6 100,00	6 100,00	0,00	0,00	0,00%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - SDPS	6 100,00	6 100,00	0,00	0,00	0,00%
513	6 100,00	6 100,00	0,00	0,00	0,00%
53 316	230 000,00	230 000,00	0,00	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS	230 000,00	230 000,00	0,00	0,00	0,00%
392	200 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00%
513	30 000,00	30 000,00	0,00	0,00	0,00%
53 318	420 000,00	520 000,00	0,00	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DO CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	420 000,00	520 000,00	0,00	0,00	0,00%
382	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00%
392	400 000,00	400 000,00	0,00	0,00	0,00%
513	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00%
53 324	8 739 000,00	12 608 971,00	4 137 802,21	0,00	0,00%
2º CAMPO DE GOLFE	8 739 000,00	12 608 971,00	4 137 802,21	0,00	0,00%
382	0,00	391 000,00	0,00	0,00	0,00%
392	8 689 000,00	8 689 000,00	4 118 673,61	0,00	0,00%
513	50 000,00	30 000,00	19 128,60	0,00	0,00%
522	0,00	3 498 971,00	0,00	0,00	0,00%
53 689	100 000,00	122 000,00	0,00	0,00	0,00%
ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA	100 000,00	122 000,00	0,00	0,00	0,00%

**RELATÓRIO TRIMESTRAL DE
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
1º Trimestre 2026**



Projeto/Designação	Orçamento Inicial 2026	Orçamento Corrigido	Dotação Cabimentada	Valor Executado	% de Execução
DE REGA DO CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO					
382	0,00	22 000,00	0,00	0,00	0,00%
392	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00%
53 772	100 000,00	200 000,00	10 461,27	0,00	0,00%
LOTEAMENTO ADJACENTE AO CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO					
382	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00%
513	100 000,00	100 000,00	10 461,27	0,00	0,00%
53 825	300 000,00	766 000,00	645 915,20	6 466,00	1,18%
CONSTRUÇÃO DE CAMPOS DE PADEL					
382	0,00	196 000,00	94 353,20	0,00	0,00%
392	300 000,00	550 000,00	550 000,00	6 466,00	1,18%
513	0,00	20 000,00	1 562,00	0,00	0,00%
Total Geral	10 665 780,00	15 428 151,00	4 964 950,99	6 466,00	0,04%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Quanto aos investimentos acima elencados, a execução foi a seguinte:

- Projeto 53825 – Construção de Campos de Padel, no valor de 6 466€.
- A Execução do Projeto 52735 – Eficiência Energética Campo de Golfe do Porto Santo está dependente da abertura do aviso FEDER com elegibilidade às Sociedades de Desenvolvimento no âmbito do Instrumento Territorial Integrado sob a responsabilidade do Município do Porto Santo.
- Destaca-se o início da construção do 2.º campo de golfe, bem como a construção dos campos de padel do Porto Santo, cuja execução se encontra prevista para o 2.º trimestre.
- De forma geral, importa salientar que a maioria dos projetos ainda não registou execução financeira, o que se justifica pelo facto de estarem em curso os respetivos procedimentos concursais. Esta situação é expectável nesta fase considerando as diligências efetuadas no primeiro trimestre quanto à tramitação documental para a celebração de Contratos-Programa com o Governo Regional. Prevê-se assim, um

aumento progressivo dos níveis de execução à medida que os contratos forem sendo adjudicados e as intervenções iniciadas no terreno.

5. Receitas Operacionais

As receitas obtidas no primeiro trimestre de 2026 ascenderam a 404 362€, resultantes, na sua maioria, de:

- Contratos de concessão de exploração e de arrendamentos das infraestruturas das SDPS;
- Exploração direta dos empreendimentos da SDPS, nomeadamente do Campo de Golfe e do Centro Cultural e de Congressos.

QUADRO 9 – PRINCIPAIS RECEITAS OPERACIONAIS – 1.º TRIMESTRE

Receitas Operacionais	PAO 2026	Execução 2026	Variação
			%
Vendas e serviços prestados	386 623 €	399 297 €	103%
Transferências correntes e subsídios à exploração	- €	- €	0%
Outros rendimentos	226 590 €	5 064 €	2%
Total	613 213 €	404 362 €	66%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Nas Receitas Operacionais é possível verificar uma execução de 66 %, no primeiro trimestre de 2026, face ao orçamentado no PAO 2026, para o período em análise.

As Vendas e Serviços Prestados representaram 103% do previsto no PAO para o ano 2026, no trimestre em análise, que resulta maioritariamente da atividade operacional do Campo de Golfe do Porto Santo.

Os Outros Rendimentos foram influenciados pelo facto de não ter sido possível alienar nenhum lote.

6. Gastos Operacionais

Os gastos do primeiro trimestre ascenderam a 365 451€, apresentando uma execução de 74%, face ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento 2026, para o trimestre em análise.

QUADRO 10 – GASTOS OPERACIONAIS – 3.º TRIMESTRE

Gastos Operacionais	PAO 2026	Execução 2026	Varição
			%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- €	- €	0%
Fornecimentos e serviços externos	217 555 €	47 125 €	22%
Gastos com o pessoal	271 023 €	276 359 €	102%
Outros gastos	4 360 €	41 967 €	963%
Total	492 938 €	365 451 €	74%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam uma execução abaixo do previsto, no PAO 2026, resultando essencialmente no facto de não ter havido vendas de lotes, pelo que não houve pagamento da comissão à imobiliária.

Os Gastos com o Pessoal tiveram uma execução de 102%, face ao valor previsto para o período em análise.

Os Outros Gastos registaram um desvio acima do expectável, justificado pela conclusão do litígio judicial, que originou a reversão da provisão constituída para a Listorres.

6.1. Fornecimento e Serviços Externos

A variação ocorrida na conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 11 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Conta 62	Fornecimentos e Serviços Externos	1º Trimestre		Varição
		2026	2025	%
6221	Trabalhos especializados	100,19	421,72	-76%
6222	Publicidade, comunicação e imagem	5 193,62	3 000,00	73%
6226	Conservação e reparação	3 300,70	1 462,71	126%

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 1º Trimestre 2026

Conta 62	Fornecimentos e Serviços Externos	1º Trimestre		Variação
		2026	2025	%
	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	236,74	813,06	-71%
6231				
6233	Material de escritório	0,00	118,85	-100%
6241	Eletricidade	10 203,72	13 506,60	-24%
6242	Combustíveis e lubrificantes	1 624,41	876,68	85%
6243	Água	14 211,45	8 365,91	70%
6251	Deslocações e estadas	638,00	2 020,16	-68%
6262	Comunicações	601,43	395,85	52%
6263	Seguros	915,25	1 014,46	-10%
6266	Despesas de representação dos serviços	0,00	0,00	0%
6267	Limpeza, higiene e conforto	0,00	2 881,58	-100%
6269	Outros serviços	10 099,39	82 103,93	-88%
Total		47 124,90	116 981,51	-60%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, teve um decréscimo de 60%, comparativamente ao período homólogo.

Para este decréscimo concorreu a diminuição da rubrica Outros serviços, cuja explicação deve-se ao facto que no 1.º trimestre de 2025, foram pagas várias comissões à empresa Joint Achievement – Mediação Imobiliária, Lda, pela venda dos lotes do “Loteamento do Porto Santo Golfe”.

6.2. Gastos com Pessoal

A variação ocorrida na conta “Gastos com o pessoal”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 12 – GASTOS COM PESSOAL

Conta 63	Gastos com o pessoal	1º Trimestre		Variação
		2026	2025	%
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	13 218,63	11 075,70	19,35%
632	Remunerações do pessoal	211 638,43	213 258,13	-0,76%
635	Encargos sobre remunerações	49 635,26	49 097,33	1,10%
63511	Encargos com os Órgãos Sociais	3 071,49	2 582,64	18,93%
63512	Encargos com o restante pessoal	46 563,77	46 514,69	0,11%
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 867,13	1 950,22	-4,26%
638	Outros gastos com o pessoal	0,00	165,84	-100,00%
Total		276 359,45	275 547,22	0,29%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A conta “Gastos com o pessoal” apresenta uma variação praticamente nula, apesar do aumento do número de membros executivos do Conselho de Administração. Este impacto foi compensado por uma baixa prolongada, pela saída de um técnico superior com funções de dirigente e pela saída de um assistente técnico, ambas ao abrigo de cedência de interesse público.

7. Demonstrações Financeiras

7.1. Demonstração de Resultados por Naturezas

Fonte – Opção
Divina

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	1º TRIMESTRE		31/dez/25
		2026	2025	
Vendas		-	1 174 658,04	1 801 302,60
Prestações de serviços		399 297,46	505 437,38	1 608 531,96
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	(1 103 767,77)	(1 664 753,35)
Fornecimentos e serviços externos		(47 124,90)	(116 981,51)	(611 773,16)
Gastos com o pessoal		(276 359,45)	(275 547,22)	(1 193 598,73)
Provisões (aumentos/reduções)				(1 606 235,40)
Outros rendimentos e ganhos		5 064,18	1 622,15	330 267,49
Outros gastos e perdas		(41 966,58)	(17 645,18)	(70 619,18)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		38 910,71	167 775,89	(1 406 877,77)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(222 000,47)	(223 977,55)	(896 739,63)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(183 089,76)	(56 201,66)	(2 303 617,40)
Juros e gastos similares suportados		-	-	
Resultado antes de impostos		(183 089,76)	(56 201,66)	(2 303 617,40)
Imposto sobre o rendimento		-	-	(8,33)
Resultado líquido do período		(183 089,76)	(56 201,66)	(2 303 625,73)

No que concerne aos Rendimentos e Gastos da empresa no primeiro trimestre de 2026, face ao período homólogo de 2025, temos a observar o seguinte:

- O decréscimo do volume de negócios, deve-se essencialmente:
 - Variação atividade operacional do Campo de Golfe do Porto Santo devido à suspensão do voo da Noruega.

- No trimestre em análise não houve venda de lotes da “1.ª fase A do loteamento do Porto Santo Golfe”, enquanto no período homólogo, foram vendidos lotes, o que justifica, não haver valor em Vendas.

- Uma vez que não foram vendidos lotes, logo não houve qualquer lançamento no Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.
- Nos Fornecimentos e serviços externos, verificou-se um decréscimo significativo, justificado pelo facto que no 1.º trimestre de 2025, foram pagas várias comissões à empresa Joint Achievement – Mediação Imobiliária, Lda, pela venda dos lotes do “Loteamento do Porto Santo Golfe”.
- O aumento verificado nos outros gastos e perdas deveu-se essencialmente ao fim do litígio judicial, que originou a reversão da provisão constituída para a Listorres.

**RELATÓRIO TRIMESTRAL DE
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
1º Trimestre 2026**

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

7.2. Balanço

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	1º TRIMESTRE		31/dez/25
		2026	2025	
ATIVO				
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis		33 518 727,55	34 109 604,11	33 733 928,02
<i>Total de ativo não corrente</i>		33 518 727,55	34 109 604,11	33 733 928,02
Ativo CORRENTE				
Inventários		2 200 356,37	2 761 328,30	2 200 356,37
Clientes		406 465,97	289 894,90	252 887,54
Estado e outros entes públicos		37 136,24	41 124,31	26 427,52
Outras contas a receber		8 591 436,79	10 219 231,83	8 591 436,79
Caixa e depósitos		5 318 241,18	4 961 708,07	5 397 080,48
<i>Total de ativo corrente</i>		16 553 636,55	18 273 287,41	16 468 188,70
TOTAL DO ATIVO		50 072 364,10	52 382 891,52	50 202 116,72
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Património/Capital		44 652 855,00	79 518 535,00	79 518 535,00
Outros instrumentos de capital próprio		6 329 192,03	33 177 992,52	63 773 851,09
Prémios de emissão		-	1,62	1,62
Resultados transitados		(2 303 625,73)	(92 310 340,68)	(92 310 340,68)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio		558 559,38	568 767,36	558 559,38
Resultado líquido do período		(183 089,76)	(56 201,66)	(2 303 625,73)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO		49 053 890,92	20 898 754,16	49 236 980,68
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões		308 000,00	6 364 070,00	346 935,00
Financiamentos obtidos			24 266 666,67	-
Passivos por impostos diferidos		85 684,43	39 536,45	85 684,43
<i>Total do passivo não corrente</i>		393 684,43	30 670 273,12	432 619,43
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores		25 748,05	5 284,25	-
Estado e outros entes públicos		81 005,76	88 357,68	14 481,67
Outras contas a pagar		518 034,94	720 222,31	518 034,94
<i>Total do passivo corrente</i>		624 788,75	813 864,24	532 516,61
TOTAL DO PASSIVO		1 018 473,18	31 484 137,36	965 136,04
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO		50 072 364,10	52 382 891,52	50 202 116,72
		-	-	-

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Fonte – Opção Divina

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 1º Trimestre 2026

No balanço de 31 de março de 2026, face a 31 de dezembro de 2025, há a assinalar principalmente:

- No Ativo corrente, na rubrica de Clientes, verifica-se um aumento da dívida de clientes proveniente essencialmente do Grupo Vila Baleira.
- Nos Fornecedores, estamos a cumprir com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso.

7.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	1º TRIMESTRE		31/dez/25
		2026	2025	
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes		321 080,40	457 154,96	1 653 376,49
Pagamentos a fornecedores		-109 673,29	-133 695,88	-698 490,54
Pagamentos ao pessoal		-250 987,88	-239 308,72	-1 181 049,04
Caixa gerada pelas operações		-39 580,77	84 150,36	-226 163,09
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento				31 474,67
Outros recebimentos/pagamentos		-32 792,53	-180 891,67	-4 661 672,97
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-72 373,30	-96 741,31	-4 856 361,39
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-6 466,00	-30 445,10	-962 735,73
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis			1 174 634,00	936 785,22
Subsídios ao investimento			339 348,38	375 288,38
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-6 466,00	1 483 537,28	349 337,87
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			608 144,00	6 937 335,90
Cobertura de prejuízos				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos				
Juros e gastos similares				
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	608 144,00	6 937 335,90
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)				
Efeito das diferenças de câmbio		-78 839,30	1 994 939,97	2 430 312,38
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 397 080,48	2 966 768,10	2 966 768,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5 318 241,18	4 961 708,07	5 397 080,48
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 397 080,48	2 966 768,10	2 966 768,10
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		92 656,78	2 966 768,10	2 966 768,10
De execução orçamental		0,00	1 529 992,60	2 576 567,26
De operações de tesouraria		92 656,78	115 478,76	390 200,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5 318 241,18	4 961 708,07	5 397 080,48
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		5 318 241,18	4 961 708,07	5 397 080,48
De execução orçamental		5 225 516,07	4 689 723,67	5 304 423,70
De operações de tesouraria		92 725,11	271 984,40	92 656,78

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

8. INFORMAÇÃO ADICIONAL

8.1. Pessoal

A estrutura de pessoal da SDPS, S.A. tem a seguinte composição:

- Órgãos Sociais – 1 (um) Presidente, 2 (dois) Vogais Executivos e 2 (dois) Vogais Não Executivos;
- Cargos de Direção e Chefia – 3 (três), sendo dois Técnicos Superiores na sua carreira de origem e 1 (um) contratado em regime de comissão de serviço;
- Técnico Superior – 4 (quatro), dos quais 2 (dois) estão a exercer funções noutras Entidades, um ao abrigo de um Acordo de cedência de Interesse Público e outro através de um Acordo de Cedência Ocasional;
- Profissional de Golfe – 1 (um) trabalhador;
- Assistente Técnico – 14 (catorze) trabalhadores, sendo que 4 (quatro) estão a exercer funções em outras Entidades ao abrigo de Acordos de Cedência de interesse público, nomeadamente três na Secretaria Regional das Finanças e um no IMT.
- Assistente Operacional – 25 (vinte e cinco) trabalhadores, sendo que dois trabalhadores se encontram a exercer funções noutras Entidade ao abrigo de um Acordo de Cedência de Interesse Público, um na Secretaria Regional de Educação, e outro na Secretaria Regional de Agricultura e Pescas.

QUADRO 13 – RESUMO DE PESSOAL – 1.º TRIMESTRE

TRABALHADORES ATIVOS	TRABALHADORES INATIVOS	ÓRGÃOS SOCIAIS	TOTAL
39	8	5	52

Fonte – Unidade de Gestão de Recursos Humanos

8.2. Evolução da dívida comercial

QUADRO 14 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL

	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025	1ºT 2026
Fornecedores C/C (221 - SNC-AP)	5 284,25	20 073,52	2 272,94	0,00	25 748,05
Fornecedores Investimentos (271 - SNC-AP)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5 284,25	20 073,52	2 272,94	0,00	25 748,05

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

8.3. Evolução do prazo médio dos recebimentos

QUADRO 15 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS

PRAZO	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025	1ºT 2026
PMR (em dias)	16	14	9	7	46

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

8.4. Evolução do prazo médio de pagamentos

QUADRO 16 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

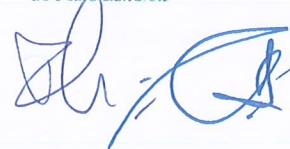
PRAZO	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025	1ºT 2026
PMP (em dias)	4	9	1	0	22

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

9. Operação Harmónio e Estrutura Acionista

Em janeiro de 2026 realizou-se uma Assembleia Geral com vista à reestruturação financeira da SDPS, conforme melhor detalhado no documento anexo.

Com a reestruturação de capital, o Município do Porto Santo não exerceu o direito de preferência, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sendo atualmente a RAM a única acionista da Sociedade.



10. Conclusão

O Conselho de Administração e todos os seus colaboradores continuam empenhados na melhoria dos resultados e na sustentabilidade da SDPS, em cumprimento dos objetivos definidos para o ano de 2026.

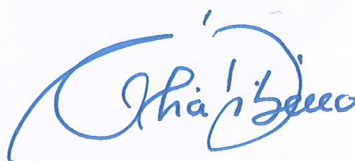
Paralelamente, existe a procura contínua no financiamento, quer através de financiamento comunitário, quer através dos mecanismos previstos na lei, de modo a diminuir a dependência do acionista e, como tal, aliviar o ORAM.

Importa ainda destacar o relevante papel de serviço público assegurado pelas Sociedades, nomeadamente através da disponibilização e manutenção de espaços de acesso livre ao público em geral, como as Frentes Marítimas, contribuindo para a valorização do território, bem-estar das populações e atratividade turística da Região.

Funchal, 30 de abril de 2026

O Conselho de Administração,

A Presidente,

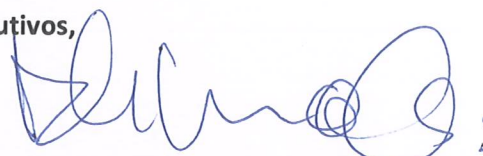


(Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro)

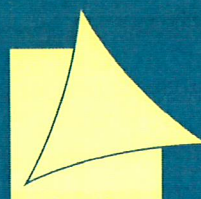
Os Vogais Executivos,



(Fátima Carvalho Correia)



(Elias Homem de Gouveia)



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

Relatório Trimestral de Execução Orçamental 1.º Trimestre 2026



Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

Relatório do Órgão de Fiscalização

1º Trimestre de 2026

Abril de 2026

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro nº 124 7º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |

Capital Social €47.500 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Índice

1. Nota Introdutória	3
2. Contabilidade Orçamental	4
2.1. Execução Orçamental da Receita	4
2.2. Execução Orçamental da Despesa	5
3. Conclusões	6
4. Nota Final	7

1. Nota Introdutória

À Secretaria Regional das Finanças,
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas,
Direção Regional do Orçamento e Tesouro e Inspeção Regional de Finanças

Exmos. Senhores,

O presente relatório é elaborado nos termos da alínea i), do nº 1, do art. 42.º do RJSERAM – Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, do constante da alínea e) do nº 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, e do contrato celebrado entre as Sociedades de Desenvolvimento e a PKF & Associados, SROC, Lda. para o triénio 2026-2028.

Procedemos à análise da situação económico-financeira da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S. A. (doravante “SDPS” ou “Sociedade”), relativa ao primeiro trimestre, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade;
- iii) Verificação da conformidade do relatório de execução orçamental do primeiro trimestre de 2026 com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte e explicação dos principais desvios e variações.

Dada a inexistência de qualquer disposição legal que imponha à Sociedade a obrigatoriedade de preparação de um conjunto completo de demonstrações financeiras reportados a 31 de março de 2026, o nosso trabalho foi desenvolvido com base nos balancetes da contabilidade patrimonial e orçamental disponibilizados e no relatório de execução orçamental preparado pela SDPS com referência ao primeiro trimestre de 2026, incluindo o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e os mapas de controlo orçamental da despesa e da receita.

Caso tivessem sido preparadas demonstrações financeiras completas com referência àquela data, outras situações poderiam manifestar-se passíveis de relato no presente relatório. No entanto, nos pontos seguintes, levamos ao conhecimento de V. Exas., as conclusões e recomendações que consideramos relevantes, face às situações identificadas no decurso do nosso trabalho.

2. Contabilidade Orçamental

2.1. Execução Orçamental da Receita

Relativamente ao orçamento da receita, as taxas de execução a 31 de março de 2026 são as seguintes:

Designação	2026			2025		
	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução
RECEITAS CORRENTES	2 246 914	328 851	14,6%	1 442 710	457 779	31,7%
Transferências Correntes	300 000	0	0,0%	0	0	0,0%
Venda de bens e serviços correntes	1 933 115	326 099	16,9%	1 408 182	457 155	32,5%
Outras receitas correntes	13 799	2 752	19,9%	34 528	624	1,8%
RECEITAS DE CAPITAL	11 484 058	0	0,0%	5 138 495	2 122 126	41,3%
Venda de bens de investimento	320 000	0	0,0%	897 050	1 174 634	130,9%
Transferências de capital	10 489 000	0	0,0%	3 049 000	339 348	11,1%
Ativos financeiros	675 058	0	0,0%	1 192 445	608 144	51,0%
OUTRAS RECEITAS	5 304 424	5 304 424	100,0%	2 576 569	2 576 567	100,0%
Saldo da gerência anterior	5 304 424	5 304 424	100,0%	2 576 569	2 576 567	100,0%
TOTAL	19 035 396	5 633 275	29,6%	9 157 774	5 156 472	56,3%

Fonte: Balançetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Trimestre.

No que respeita ao orçamento da receita, a taxa de execução verificada em 31 de março de 2026 ascende a 29,6%, que se traduz em 5.633.275 euros em termos absolutos, aumentando cerca de 476.800 euros face ao registado em período homólogo. O grau de execução justifica-se, essencialmente, nos pontos seguintes:

- ✓ O “Saldo da gerência anterior” encontra-se totalmente integrado, sendo este superior em cerca de 2.728.000 euros, comparativamente ao registado em igual período do ano anterior.
- ✓ As “Receitas de capital” registaram um decréscimo de aproximadamente 2.122.000 euros face ao período homólogo, explicado, essencialmente, pelo facto de os investimentos previstos e enquadrados nos contratos-programa ainda se encontrarem em fase de procedimento concursal, não tendo, por conseguinte, ocorrido a respetiva execução financeira nem o recebimento das verbas associadas. Adicionalmente, não se registaram vendas de lotes integrados no Loteamento Porto Santo Golf Resort – 1.ª Fase A, nem entradas de prestações acessórias destinadas a suportar custos com pessoal.
- ✓ A rubrica de “Receitas correntes” resulta, maioritariamente, da exploração do Campo de Golfe do Porto Santo e do Centro Cultural e de Congressos, bem como da cobrança de taxas, concessões e rendas, apresentando no trimestre em análise uma redução de cerca de 129.000 euros face ao período homólogo.

2.2. Execução Orçamental da Despesa

Relativamente ao orçamento da despesa, as taxas de execução a 31 de março de 2026 são as seguintes:

Designação	2026			2025		
	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução
DESPESAS CORRENTES	3 532 245	326 293	9,2%	3 950 459	436 303	11,0%
Despesas com pessoal	1 960 669	249 532	12,7%	2 583 740	239 309	9,3%
Aquisição de bens e serviços	1 189 277	32 884	2,8%	1 183 791	133 696	11,3%
Juros e outros encargos	500	1	0,2%	500	17	3,4%
Transferências correntes	21 799	4 332	19,9%	18 028	2 626	14,6%
Outras despesas correntes	360 000	39 544	11,0%	164 400	60 655	36,9%
DESPESAS DE CAPITAL	15 503 151	81 466	0,5%	5 207 315	30 445	0,6%
Aquisição de bens de capital	15 428 151	6 466	0,0%	5 207 315	30 445	0,6%
Transferências de capital	75 000	75 000	100,0%	0	0	0,0%
TOTAL	19 035 396	407 759	2,1%	9 157 774	466 749	5,1%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Trimestre.

Conforme ilustra o quadro acima, a execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2026 situa-se nos 2,1%, apresentado um total de despesa paga pela Sociedade de 407.759 euros.

Verifica-se uma redução de aproximadamente 59.000 euros face ao valor realizado no período homólogo. Neste contexto, importa destacar as seguintes situações, que contribuem para justificar o grau de execução registado no orçamento da despesa:

- ✓ A redução das “Despesas correntes”, de cerca de 110.000 euros face ao período homólogo, é explicada, essencialmente, pela diminuição verificada na rubrica de “Aquisição de bens e serviços”, de 100.811 euros e, em menor medida, nas “Outras despesas correntes”, de 21.112 euros.
- ✓ Em sentido inverso, as “Despesas com pessoal” registaram um aumento de 10.224 euros, decorrente das atualizações salariais.

3. Conclusões

Salientamos que foi desenvolvido um processo de inventariação e reconciliação físico-contabilística do património, cujos efeitos a Entidade estima refletir no âmbito do processo de fusão das Sociedades de Desenvolvimento.

Não obstante, esta informação não origina nesta fase uma alteração na nossa opinião com reservas incluída na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 desta sociedade, que abaixo reproduzimos:

- *“No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 33.734 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade. Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” evidenciada no Balanço e sobre o saldo de “Gastos de Depreciação e de Amortização” evidenciada na Demonstração dos Resultados por Naturezas, com referência a 31 de dezembro de 2025. Importa salientar que foi desenvolvido um processo de inventariação e reconciliação físico-contabilística do património, cujos efeitos a Entidade estima refletir no âmbito do processo de fusão das Sociedades de Desenvolvimento, a concretizar previsivelmente no exercício de 2026, de modo a assegurar que quaisquer ajustamentos sejam refletidos de forma consolidada e apropriada no contexto da reestruturação e racionalização do setor empresarial público regional.*
- *A rubrica de Outras Contas a Receber inclui cerca de 8.543 milhares de euros relacionados com dívidas de entidades relacionadas, relativamente às quais não nos é possível concluir acerca da sua efetiva recuperabilidade. Desta forma não nos podemos pronunciar sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, bem como de eventuais regularizações que possam ter efeito sobre o património da Entidade.”*

4. Nota Final

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que temos recebido por parte do Conselho de Administração e dos diversos colaboradores das Sociedades de Desenvolvimento com que contactámos, bem como o interesse na apreciação das observações e recomendações por nós efetuadas.

Lisboa, 30 de abril de 2026



PKF & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por José de Sousa Santos (ROC n.º 804 | CMVM n.º 20160434)